



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: IX SALÃO DE ENSINO
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Desigualdades na escola: reflexões a partir da experiência do estágio docente
<b>Autor</b>	RITA BECKER LEWKOWICZ
<b>Orientador</b>	CELIA ELIZABETE CAREGNATO

## Desigualdades na escola: reflexões a partir da experiência do estágio docente

### Igualdade e desigualdade na perspectiva moderna

Para iniciar, é importante situarmos o tema das desigualdades na discussão sociológica. Seguindo o panorama apresentado por François Dubet (2001), a teoria clássica teve como um de seus principais debates a dicotomia entre indivíduo e sociedade, buscando compreender a forma como os indivíduos interiorizavam os valores sociais e os reproduziam. Tendo como berço a modernidade, essas teorias entendiam como “sociedade” a sociedade industrial, organizada em termos políticos a partir do Estado-Nação e na dimensão econômica pela divisão racional do trabalho – características essas que marcavam a particularidade desse contexto histórico. Já a noção de “indivíduo” aparecia muito marcada pelos ideais de liberdade e igualdade, tão caros à modernidade, que cunhavam uma “definição “heróica” do sujeito que se constrói a si mesmo, que se torna o autor de sua própria vida, de seus sucessos como de suas derrotas” (DUBET, 2001, p. 15). Esse ideal de sujeito racional, consciente, autor de suas ações, surge após uma transformação no pensamento ocidental: o abandono da concepção de que as desigualdades são explicadas por origem divina ou natural.

Ao analisar essa tensão entre igualdade e desigualdade na teoria sociológica, Dubet (2001) apresenta “a dupla face da modernidade”: por um lado, a modernidade como sendo o triunfo da igualdade de oportunidades, na qual as desigualdades são resultado do insucesso de uma ação individual (como principal representante dessa vertente de pensamento temos a figura de Tocqueville); e, por outro lado, as desigualdades são entendidas como elemento estrutural da sociedade moderna e do sistema capitalista (perspectiva teorizada por Marx). Dubet (2001) propõe analisar as desigualdades a partir dessa dupla perspectiva. Considera que através de um processo de homogeneização da sociedade houve certa ampliação da igualdade no sentido da extinção de certas barreiras que proibiam certos segmentos da sociedade de acessarem direitos, posições sociais ou mesmo lugares específicos. Esse movimento contempla, por exemplo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a possibilidade de ascensão social via escolarização, a supressão de barreiras explícitas entre classes sociais, o aumento da capacidade de aquisição de bens de consumo por parte da classe baixa, entre outros.

Ao mesmo tempo, contudo, as desigualdades se multiplicam nesse contexto de homogeneização, assumindo novas formas – menos explícitas, mas não menos marcantes – de manter uma estrutura desigual na sociedade. Percebe-se isso em relação a diferença dos salários das mulheres e sua dupla jornada (incluindo o trabalho doméstico), o mercado de diplomas que ainda mantém as carreiras mais valorizadas nas mãos de uma elite, o crescimento de uma periferia cada vez mais marginalizada, a hegemonia de um modelo de consumo inatingível para a grande maioria da população, entre outros exemplos.

Nesse contexto, o autor destaca o quanto a massificação da instituição escolar teve um papel-chave. É através dela que o discurso da igualdade se expande, ao mesmo tempo em que mais se acirram as desigualdades do sistema. Assim, a escola tem papel fundamental em *homogeneizar* os sujeitos, no sentido de desconsiderar as diferenças através da disseminação da ideia de que os processos de aprendizagem são unos e de que há uma “igualdade de oportunidades” ao ingressar no sistema escolar. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, se pode perceber na escola o investimento em *diferenciar* os estudantes, através de diferentes mecanismos de classificação, bem-sucedidos ou fracassados, “com ou sem futuro”, os que são ou não atendidos por políticas públicas de assistência social, entre outros. Cabe lembrar a meritocracia é um dos mecanismos centrais dessa prerrogativa: através dela as desigualdades são reduzidas ao desempenho individual dos sujeitos, desconsiderando todos os elementos estruturais e sócio-históricos do problema.

Um exemplo elucidativo desse duplo processo de homogeneização e diferenciação, que posso trazer da minha experiência de estágio docente, foram as listas de chamada das escolas estaduais. A princípio, cada estudante corresponde diretamente a um número de chamada – os sujeitos são listados igualmente de maneira genérica, sem diferenciação. Se observada de perto, contudo, não parece tão homogênea assim: é possível perceber que há um pequeno asterisco ao lado de alguns dos nomes da lista. Ao observar a legenda no final da página, temos a explicação: “alunos com bolsa família”. A diferenciação, carregada de categorizações e classificações dos sujeitos a partir de suas origens sociais e de classe, deixa evidente o processo de consolidação das desigualdades dentro da escola.

### A escola e as desigualdades sociais

Diferentes paradigmas teóricos tem analisado a instituição escolar e sua relação com as desigualdades sociais: há os que consideram a escola “neutra” nos processos de exclusão social; os que denunciam seu caráter reprodutor do modelo vigente na sociedade; e, ainda, os que consideram que além de reproduzir as desigualdades, a escola também cria novas formas de exclusão e segmentação. Nesse artigo, parto principalmente dessa última perspectiva de análise. Perrenoud (2001) aponta três mecanismos de criação das desigualdades na escola: em primeiro lugar, os currículos escolares estão baseados em uma tradição elitista, cujos conteúdos estão muito distantes dos saberes das classes populares, de forma que criam uma dificuldade

muito maior para que esses estudantes cheguem ao mesmo ponto que outros, que já trazem uma bagagem nessa tradição. Conforme salienta o autor, “[u]ma das formas de fabricar desigualdades é por meio de escolhas de currículo (nos textos ou nas práticas), maximizar a distância inicial de alguns com relação à norma escolar, minimizando a distância dos outros” (PERRENOUD, 2001, p.20).

O currículo escolar expressa o *projeto de sujeito* que se quer formar, constituir, modelar. O currículo “é organizado em um dado momento histórico, numa dada sociedade, e vai refletir aquilo que essa sociedade deseja formar” (MOREIRA, 2008). Ou seja, essa *escolha* dos saberes escolares – que não é nada imparcial ou ingênua – delimita os contornos do estudante desejado. Mas de quem e para quem são escolhidos esses conhecimentos? Impossível dissociar de um projeto político de sociedade, no qual são eleitos os saberes “da escola” e os que ficam às suas margens.

Em segundo lugar, Perrenoud (2001) aponta para a “indiferença às diferenças” do sistema escolar, que propõe uma ajuda padronizada aos estudantes sem considerar suas diferenças e especificidades. A diferença dificilmente é valorizada e respeitada na escola. Através de um discurso de suposta igualdade, o da meritocracia por exemplo, as diferenças são desconsideradas e, com elas, desigualdades são enrijecidas.

Em terceiro lugar, salienta o quanto o momento e o modo de avaliação influem na ampliação ou na diminuição dessas desigualdades.

A excelência, o sucesso e o fracasso são realidades construídas pelo sistema escolar (Perrenoud, 1984), representações que pesam no destino dos alunos muito mais que as desigualdades efetivas de competência: na vida, aos 10 anos, que diferença faz o fato de saber ou não gramática? A importância que a escola dá à hierarquia é que a torna decisiva (PERRENOUD, 2001, p. 21)

Aqui voltamos a duplicidade do processo de homogeneização e ao mesmo tempo enrijecimento da diferenciação através da hierarquia das classificações. Não foram poucas vezes que o discurso do “bom” e “mau” aluno, das “melhores” ou “piores” turmas, daqueles que “merecem” ou não passar de ano, se fez presente na minha experiência de estágio docente. Essa dura classificação termina por rotular os alunos, de forma que define as expectativas que se criam sobre eles. Além disso, a hierarquia criada pelo sistema de notas, faz com que a competição venha a ser reforçada na sala de aula, aproximando-a cada vez mais da lógica do mercado.

Através da escolha por certos instrumentos avaliativos, se está restringindo ou ampliando as possibilidades de criação do aluno enquanto produtor de sentidos. A supervalorização da prova, por exemplo, termina por impedir que outras formas de expressão sejam consideradas – reduzindo a possibilidade de que os sujeitos sejam avaliados por suas potencialidades específicas e não por um padrão estipulado de maneira arbitrária e por critérios externos.

Esses três mecanismos apresentados por Perrenoud (2001) são fundamentais para compreender a forma pela qual a escola é protagonista na fabricação de desigualdades. São importantes para refletirmos não somente a respeito do funcionamento do sistema escolar, mas sobre a experiência vivida pelos sujeitos dessas escolas, especialmente os alunos que estão sujeitos a esses processos de socialização.

### **A “experiência social das desigualdades”**

A forma pela qual os sujeitos vivem essas desigualdades nas suas experiências escolares marcará profundamente o modo como esses estudantes serão *sujeitos*. O conceito de “experiência social das desigualdades” (DUBET, 2001) traz essa dimensão, de como a experiência das desigualdades é vivida pelos sujeitos.

A exclusão não é somente um fenômeno sistêmico, “objetivo”, é também uma experiência subjetiva da exclusão vivida potencialmente como uma destruição de si, já que cada um é responsável por sua própria educação, por sua própria aventura. Ou seja, os alunos excluídos estão ameaçados de se sentir destruídos por sua exclusão, que seria o signo de sua própria “nulidade” (DUBET, 2003, p. 41)

O autor ressalta o quanto o discurso da igualdade nos contextos escolares termina por fazer com que os sujeitos menos favorecidos pelo modelo da escola se auto-responsabilizem pelo fracasso, atribuindo seu mau desempenho a causas individuais, de falta de esforço, empenho ou mesmo capacidade para realizar aquele trabalho. As causas naturais ou religiosas não servem mais como recurso para explicar o desempenho de uns em relação a outros, sendo o fracasso ou sucesso atribuídos somente à trajetória individual de cada sujeito.

A abordagem de Dubet, contudo, não imobiliza os sujeitos a estarem “fadados” a seus destinos. Ele enfatiza a capacidade de ação dos sujeitos no processo, não considera-os nem meros reprodutores do sistema social introjetado, mas tampouco capazes de viver indiferentes à ordem social na qual estão inseridos. Wautier (2003) quando analisa o conceito de “experiência social” (DUBET, 2001), afirma que ela pode ser compreendida “como uma maneira de construir o mundo, ao mesmo tempo subjetiva (é uma “representação” do mundo vivido,

individual e coletiva) e cognitiva (é uma construção crítica do real, um trabalho reflexivo dos indivíduos que julgam sua experiência e a redefinem)” (WAUTIER, 2003, p.181). Essa definição nos permite compreender o quanto, na compreensão exposta por esse autor, são os sujeitos que constroem o sentido da experiência, não sendo esta o mero resultado do social.

Assim, é através da ideia da experiência que se potencializa o papel dos sujeitos na compreensão da posição na qual estão inseridos e os “eus disponíveis” naquela situação. Frente a essa reflexão podem escolher entre recusar a lógica dos papéis dados ou seguir o curso predeterminado de seus papéis sociais. Dubet atrela essa capacidade de recusar os papéis dados ao processo de subjetivação dos sujeitos. Essa interpretação é bastante apropriada para pensarmos nas possibilidades de potencializar essa experiência do estranhamento dos estudantes, através da prática docente na área de ensino da sociologia no Ensino Médio. O exercício de estranhamento, desnaturalização e análise sociológica do sistema social podem ser importantes ferramentas para auxiliar nesse processo de subjetivação. Partindo desses pressupostos, passo agora para o relato e análise da minha experiência de estágio docente.

### **A experiência do estágio docente**

Considero essa a perspectiva teórica mais adequada para refletir a respeito da minha experiência de estágio docente na disciplina de Sociologia com turmas de 2º ano do Ensino Médio, no Instituto Estadual Rio Branco, em Porto Alegre. A temática orientadora desse estágio foi “trabalho”, mas o tema das desigualdades inevitavelmente apareceu. O estudo em sala de aula da temática das desigualdades sociais, raciais e de gênero foi o que mais afetou os alunos, fazendo emergir discursos muito diversos – de conformismo, vitimização e mesmo fascismo. Diferentes discursos que revelam valores presentes no contexto escolar, mas também sentidos atribuídos por esses sujeitos na compreensão de si e do mundo.

Uma aula foi especialmente relevante a respeito dessa temática e cabe aqui um breve relato. Para iniciar a discussão da aula, escrevi no quadro a seguinte pergunta: O capitalismo é um sistema igualitário? A resposta imediata em duas das turmas foi um “não” coletivo, passando para a complexificação e análise das diferentes desigualdades existentes no sistema vigente. Foram aparecendo, em diálogo com os alunos, as desigualdades de classe, gênero, raça, origem, localização onde vive, entre outras. No segundo momento, pedi para que quatro alunos que se auto-reconhecessem como “homem branco”, “mulher branca”, “homem negro” e “mulher negra”, fossem voluntários para atividade. Destaco aqui que na categoria de “mulher negra”, figura emblemática da noção de acúmulo de desigualdades, em nenhuma das turmas houve candidatas voluntárias que se reconhecessem sobre essa definição. Esse fato me fez pensar sobre o quanto a desigualdade pesa sobre essa camada da população, de forma que os próprios sujeitos não se reconhecem através dessas categorias, fazendo aqui alusão à ideia dos “eus sociais” projetados sobre os estudantes no contexto escolar.

Dos alunos que se participaram, cada um recebeu um pequeno cartaz com o salário médio e taxa de desemprego da categoria com a qual se identificava, sendo os salários calculados em referência a um mesmo emprego. Conforme os dados da Pnad/IBGE, a comparação se via da seguinte forma: homem branco: R\$1491,00, 5,3%; homem negro: R\$833,00, 6,6%; mulher branca: R\$957,00, 9,2%; mulher negra: R\$544,40, 12,5%. A reação foi de muita surpresa. Os estudantes que comentavam facilmente na teoria sobre as desigualdades que existiam no sistema, ao entrarem em contato com os dados numéricos puderam ter uma dimensão mais clara dessas diferenças salariais discriminatórias. Quando questioneei se eles achavam que esses números representavam que o homem branco era o mais “esforçado” e por isso então mais reconhecido, dúvidas pairaram pelo ar. Até que um estudante fala: “Olha, eu acho que não, professora. Essas desigualdades são geradas por preconceito, e não pelo que faz cada um”. Foi o *insight* necessário para discutirmos a problemática da individualização dos sucessos e fracassos e o mascaramento das origens sociais dos problemas.

A questão das ações afirmativas também surgiu, sendo apontando que seria uma forma de desigualdade, mas o debate em sala de aula trouxe outras visões e, elucidado pelos dados do IBGE, foi bastante profícuo. Nessas aulas, percebe-se que os estudantes tem – porque afinal são valorizados a portarem-se desta maneira – opinião para tudo. Conforme lembra Larrosa (2004), “o sujeito moderno é um sujeito bem informado que além disso opina. É alguém que tem uma opinião supostamente pessoal e supostamente própria e às vezes supostamente crítica sobre tudo o que se passa” (LARROSA, 2004, p. 155). Esse excesso de opinião é, segundo o autor, um entrave para a experiência, pelo fato de levarem opiniões demasiadamente formadas e carregadas de um discurso hegemônico, terminam por ter dificuldades em serem afetados por uma experiência.

Penso, entretanto, que essa aula foi importante no sentido de provocar os estudantes a repensarem algumas dessas opiniões “dadas”. Ao vislumbrarem o quanto são “reais” e sociais os problemas e do quanto essas desigualdades estão em jogo no mercado de trabalho - ao qual brevemente ingressão – acredito que os estudantes foram afetados no sentido de contextualizarem sua existência, repensarem-se dentro de um sistema social que produz desigualdades. Assim, quem sabe, contribuindo para que não atribuam essas desigualdades diretamente aos seus desempenhos individuais, como a experiência escolar insiste em fazê-los acreditar.

Voltando ao relato do estágio, cabe destacar que o andamento dessa aula em uma das turmas foi bem

diferente. Um aluno que se diz nazista, e inclusive reconhecido na escola como tal, expressou sua opinião sobre a legitimidade e necessidade das desigualdades sociais existirem, “para que exista quem recolha nosso lixo, por exemplo”, afirmou. Segundo ele, a supremacia alemã de 1933-45 mostra o maior sucesso de desenvolvimento, no qual as diferenças são apagadas em nome de um só ideal, mas que as desigualdades são mantidas para que o sistema econômico funcione. Totalmente contrário a ideia de diversidade cultural e democracia, o aluno impunha sua opinião sobre os outros, de forma que - através de um discurso bem articulado - ganhava “adeptos” a sua ideologia e admiradores (inclusive gerando admiração de outros professores). Discursos outros ficavam silenciados pelo eco de sua voz.

Minha reação, frente a surpresa de escutar um discurso pró-nazista em uma sala de aula no Brasil no século XXI, foi marcar de maneira bastante acirrada a análise sociológica que eu estava propondo e do quanto seu discurso ia em contra de uma sociedade democrática, de garantia de direitos e de reconhecimento das diferenças, como também do quanto seu pensamento se direcionava a um fascismo muito perigoso. Realmente foi uma reação que eu não esperava naquela aula, e considerando que era minha segunda experiência docente, senti que não tinha muitas ferramentas para lidar com ela a partir desse lugar de professora.

Relato essa experiência, pois penso que é muito significativo para refletir a respeito dos diferentes discursos em jogo na escola e de como lidar com eles. Devemos respeitar a opinião de todos, independente de qual seja, a fim de manter uma postura democrática? Ou devemos confrontar esse discurso com outro, trazendo diferentes visões sobre a temática, a fim de que os estudantes possam fazer uma escolha mais clara do caminho a seguir? Ou, ainda, devemos silenciar e condenar esse tipo de discurso do ambiente escolar, mesmo que saibamos que continuará presente em outras esferas das vidas desses sujeitos? Sinceramente, não tenho respostas sobre qual seria o melhor direcionamento nessa situação.

O que me parece, é que esse aluno deu voz a um discurso que está presente na escola, e pode ter sido a maneira que ele encontrou em recusar o papel social ao qual estaria fadado, sendo estudante de escola pública, repetente, e vivendo em um bairro de periferia. Penso que esse aluno encontrou no discurso nazista uma afirmação da sua identidade (enquanto branco) e uma forma de fugir das desigualdades que ele mesmo enfrenta. Esse é o perigo do discurso fascista, porque ele tem uma capacidade de despertar a autoafirmação de uns, através da redução da condição de humanidade de outros.

### **Prática docente em Sociologia**

O estudo das desigualdades na teoria sociológica, como também no contexto escolar, é um campo bastante profícuo para refletir a respeito do papel da escola na fabricação das mesmas e do quanto as práticas realizadas nesse contexto serão constitutivas da forma como os alunos se veem como sujeitos. Cabe aprofundar o estudo desses mecanismos que geram desigualdades, como também da possibilidade de criar os mecanismos inversos, de diminuição das desigualdades e valorização da diferença dentro desse mesmo contexto escolar, tendo em vista o poder que esses podem ter na vida dos sujeitos.

A prática docente, sendo sempre surpreendente, traz muitos questionamentos sobre as formas de atuar em relação às diferentes posições sociais em jogo, que acabam refletindo discursos latentes, presentes no contexto atual em que vivemos – sejam eles em direção a um pensamento democrático ou, ao contrário, na exaltação das desigualdades – e cabe a nós, professores e pesquisadores, refletir a respeito das maneiras possíveis de lidar com esses discursos dentro da escola.

### **Bibliografia**

CALDEIRA, Anna Maria Salgueiro. Elaboração de um Projeto de Ensino. Revista Presença Pedagógica. v.8, n. 44, mar/abr, 2002.

DUBET, François. A escola e a exclusão. Cadernos de Pesquisa, n. 119, p. 29-45, julho/ 2003

\_\_\_\_\_. As desigualdades multiplicadas. Revista Brasileira de Educação. Maio/Jun/Jul/Ago 2001 Nº 17

LARROSA, Jorge. Experiência e paixão. In: Linguagem e educação depois de babel. Belo Horizonte: Autêntica, 2004

MOREIRA, Antonio F. B. Entrevista – Currículo: conhecimento e cultura, 2008. Disp. em: [http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod\\_Entrevista=28](http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/entrevista.asp?cod_Entrevista=28)

PERRENOUD, Philippe. A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Porot Alegre: Artmed Editora, 2001.

WAUTIER, Anne-Marie. Para uma sociologia da experiência: uma leitura contemporânea: François Dubet. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº9, jan/jun 2003, p. 174-214